

# Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 27 | abril de 2021

71

**Governo Federal**

**Ministério da Economia**

**Ministro** Paulo Guedes

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Carlos von Doellinger

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

Nílo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação  
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

**Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas  
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

**CORPO EDITORIAL**

**Editor Responsável**

Carlos Henrique Leite Corseuil

**Membros**

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

**Equipe de Apoio**

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2021

---

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

---

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SIMPLIFICAÇÃO NORMATIVA TRABALHISTA: O PROCESSO DE REVISÃO, DESBUROCRATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS<sup>1</sup>

Bruno Silva Dalcolmo<sup>2</sup>  
Daniela Ferreira Cruz e Pic<sup>3</sup>  
Luís Felipe Batista de Oliveira<sup>4</sup>  
Tatiana Severino de Vasconcelos<sup>5</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o país tem acompanhado uma substantiva mudança de gestão e formulação de políticas na esfera trabalhista. As atribuições e competências do Ministério do Trabalho foram incorporadas ao recém-criado Ministério da Economia.

Dentro desse ministério, a Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho recebeu praticamente todos os recursos humanos e as competências do antigo Ministério do Trabalho, como as de tratar de assuntos relacionados à inspeção do trabalho, à formulação e implementação de políticas públicas e benefícios trabalhistas, e às relações de trabalho, incluindo os relativos ao registro sindical. Nessa conformação, e integrada às estruturas e ações econômicas que visam impulsionar o crescimento do país, foram estruturados projetos com vistas a modernizar a relação dos cidadãos com o Estado, por meio da transformação digital de serviços e da revisão e consolidação de atos normativos.

Tal revisão teve início ainda no primeiro semestre de 2019, antes mesmo do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 (Brasil, 2019b), que orienta a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decretos de toda a administração pública direta, autárquica e fundacional.<sup>6</sup>

Importante mencionar que essa linha de atuação torna concreta a simplificação e a desburocratização do arcabouço regulatório trabalhista (Brasil, 2017b), bem como melhora o ambiente de negócios brasileiro. Isso porque a legislação brasileira prevê, há mais de vinte anos,

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/politicaemfoco1>

2. Secretário de Trabalho do Ministério da Economia. *E-mail*: <bruno.dalcolmo@economia.gov.br>.

3. Assessora na Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia. *E-mail*: <daniela.pic@economia.gov.br>.

4. Diretor de Programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Pesquisador do Ipea, cedido ao Ministério da Economia. *E-mail*: <luis.oliveira@economia.gov.br>.

5. Assessora na Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia. *E-mail*: <tatiana.vasconcelos@economia.gov.br>.

6. Como exemplo, pode-se citar o Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019, que agregou, em um único instrumento, a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pela República Federativa do Brasil.

que as leis e os atos normativos infralegais precisam ser triados e consolidados em coletâneas de temas afins, as quais, até 180 dias do início de um novo mandato presidencial, precisam ser atualizadas considerando-se os conteúdos normativos editados no último quadriênio.<sup>7</sup>

Portanto, identificar, classificar e rever normas trabalhistas são imposições por força de lei complementar que pareciam “não pegar” no país. Embora os operadores do direito argumentem que o desconhecimento da lei não é justificativa para sua infração,<sup>8</sup> é razoável o entendimento de que um conjunto normativo confuso, disperso e incoerente não gera conformidade espontânea. Em paralelo, a própria omissão do poder público diante de uma obrigação de simplificação, por tantas décadas, é uma evidência prática de que a expressão em latim padecia de incoerência e não aderência à realidade da interação entre o administrador e o administrado.

## 2 DIAGNÓSTICO

Em 2019, o Brasil se encontrava em 71º lugar no *ranking* do Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, de um total de 140 países. No entanto, considerando-se a dimensão trabalhista, o país apresentava resultados muito piores, ocupando a 105ª posição nesse quesito, sendo a posição 133ª no subcomponente relacionado às práticas de admissão e desligamento, posição 128ª em termos de cooperação nas relações de trabalho, e posição 137ª em termos de impostos e taxas relacionadas ao trabalho (Schwab, 2019).

No *ranking* do Doing Business do Banco Mundial, o Brasil se encontrava em 125º lugar, em 2018, de um total de 190 países. No quesito abertura de empresas, o país se encontrava na posição 176ª e na posição 184ª em termos de pagamento de impostos (World Bank, 2018).

No que se refere à capacidade de promover competitividade ao ambiente de negócios, o Brasil apresentava, portanto, indicadores desoladores. Na dimensão trabalhista e na forma como o Estado brasileiro se relacionava com os empregadores, havia muitas frentes a serem enfrentadas, entre elas a melhoria da prestação de serviços ao cidadão e às empresas, bem como a racionalização do marco regulatório.

Entre empresas grandes, habituadas a terem grandes departamentos ou escritórios jurídicos, de pessoal ou contábil associados às suas estruturas, o assunto pode ser um entrave menor. No entanto, a literatura econômica aponta que o Brasil possui heterogeneidade em termos de produtividade quando se comparam o porte de empresas e setores em relação a outros países (De Negri *et al.*, 2014; Veloso e Matos, 2016).

Ou seja, existem obstáculos das mais distintas naturezas que dificultam a evolução dos pequenos em médios ou em grandes empreendimentos. Entende-se, pela iniciativa aqui exposta, que evitar um cipoal regulatório pode ser uma forma de contribuir para mitigar o problema, a exemplo de boas práticas em economias mais avançadas (OECD, 2018); (Baldwin, Cave e Lodge, 2012; United Kingdom, 2018).

7. Ver arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e arts. 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.

8. No jargão jurídico, trata-se da expressão *ignorantia legis non excusat*.

Para tanto foram promovidas alterações gerenciais. A fusão dos extintos Ministério do Trabalho; Fazenda; Previdência;<sup>9</sup> Planejamento, Orçamento e Gestão; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior propiciou o despertar da melhoria da gestão do órgão,<sup>10</sup> bem como de reestruturação de processos de trabalho e de aprimoramento da formulação e da implementação de políticas públicas relacionadas ao tema. O primeiro passo desse processo de reestruturação, no âmbito da Secretaria de Trabalho, foi a identificação de recursos disponíveis, o mapeamento de serviços e de processos de trabalho, e a identificação e análise da legislação infralegal trabalhista.

Como consequência de o Ministério do Trabalho ser o último a rodar 100% no papel,<sup>11</sup> o cenário encontrado foi de ausência de repositório ou listagem completa e atualizada das normas. Cada área do extinto ministério elaborava e providenciava a publicação de seus próprios atos normativos e, sem acompanhamento sistemático e classificação. A legislação encontrava-se esparsa, com conteúdos superpostos ou, por vezes, contraditórios. O arcabouço normativo era extremamente desatualizado, com atos datados da década de 1920,<sup>12</sup> muitas vezes exauridos ou obsoletos.

Até então, não havia sido implementada nenhuma ação de consolidação ou revisão de grande porte nas diferentes iniciativas infralegais trabalhistas. Além disso, não existia preocupação, muito menos institucionalização, da necessidade de revogação expressa de normas tacitamente revogadas ou exauridas, agravada pela inexistência de sistema de tramitação eletrônica de processos, que, até aquele momento, ainda eram gerados e tramitados em papel.

Soma-se a isso o fato de as regulamentações serem focadas em processos burocráticos, cujas obrigações tinham um fim cartorário, de acúmulo de documentações e comprovações que gravavam pouca análise de mérito e, conseqüentemente, pouca produção de informações e de subsídios que pudessem retroalimentar a política pública.

Foram listados e classificados, até o presente momento, mais de 1.100 atos normativos, entre eles decretos, portarias, portarias interministeriais e instruções normativas relacionados ao tema trabalho. Além disso, identificaram-se mais de 1.000 documentos com nomes diversos – notas informativas, ofícios circulares, memorandos, comunicados e notas técnicas – que também possuíam conteúdos com carga normativa e que, por esse motivo, precisaram ser analisados e catalogados.<sup>13</sup>

9. O Ministério da Previdência já havia sido extinto pela Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016, com parte de suas competências transferidas para o Ministério da Fazenda (Brasil, 2016).

10. Consta, até o momento, economia de cerca de R\$ 7 bilhões. Sendo assim distribuídos: R\$ 6,1 bilhões em orçamento de custeio e investimento; R\$ 500 milhões com a gestão de contratos de tecnologia da informação; e R\$ 364 milhões com a racionalização e redução de contratos administrativos. Ver: <<https://glo.bo/3slgmyO>>.

11. A entrada do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que substitui a tramitação de processos físicos, só foi iniciada a partir do cadastramento dos servidores em fevereiro de 2019, por meio da absorção do sistema utilizado pelo antigo Ministério da Fazenda.

12. Podem ser citados: Decreto nº 16.027, de 30 de Abril de 1923, “Crêa o Conselho Nacional do Trabalho”; Decreto nº 23.569, de 11 de Dezembro de 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor; e Decreto nº 20.931, de 11 de Janeiro de 1932, que regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas (Brasil, 1923; 1932; 1933).

13. Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019: “Art. 2º A partir da entrada em vigor deste Decreto os atos normativos inferiores a decreto serão editados sob a forma de: I - portarias - atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares; II - resoluções - atos normativos editados por colegiados; ou III - instruções normativas - atos normativos que, sem inovar, orientem a execução das normas vigentes pelos agentes públicos” (Brasil, 2019b).

### 3 OBJETIVOS

Uma profusão de tantos atos de forma dispersa, incoerente e sem revisão trouxe ao administrado tanto ineficiência na gestão de seus negócios como o induziu à desconformidade. Trata-se, portanto, de uma perda para a sociedade, fomentada por insegurança jurídica, com desdobramentos até mesmo em desinvestimentos e geração de empregos. Como consequência, o processo de revisão e consolidação das normas infralegais trabalhistas trouxe a diretriz de simplificação e desburocratização do marco regulatório, com garantia dos direitos e da dignidade do trabalhador.

Almeja-se a revisão completa do arcabouço normativo trabalhista, de forma a alcançar um sistema de normas íntegro, harmônico e com conceitos claros. Essa revisão tem alinhamento com o planejamento estratégico do Ministério da Economia, bem com o Plano Plurianual 2020-2023.<sup>14</sup> Adicionalmente, objetivou-se retirar as obrigações essencialmente cartoriais e corrigir eventuais excessos na atuação estatal, além de atualizar as normas às alterações legais posteriores. Como corolário, será facilitado o acesso de empresas e trabalhadores às normas, aumentando a transparência nas relações de trabalho. Além disso, tem-se o incentivo ao cumprimento das obrigações trabalhistas e a promoção da segurança jurídica.

Inédito no âmbito do antigo Ministério do Trabalho, o processo de revisão e de simplificação normativa também foi acompanhado por participação social ampla, promovida por meio de consultas públicas às propostas de novos atos. As propostas foram divulgadas por meio da plataforma Participa Mais Brasil (Brasil, 2020), sistema digital mantido pela Presidência da República com o propósito de promover e qualificar o processo de participação social, a partir da disponibilização de módulos para divulgação de consultas e audiências públicas, pesquisas e promoção de boas práticas.<sup>15</sup>

### 4 SÍNTESE DO TRABALHO

A partir da identificação e análise técnica das normas infralegais, os atos foram classificados e agrupados em temas afins, quais sejam:

- legislação trabalhista (inspeção do trabalho, políticas públicas e relações de trabalho);
- segurança e saúde no trabalho;
- convenções internacionais;
- colegiados;
- profissões regulamentadas;
- atos interministeriais;

14. Programa 2213 – Modernização Trabalhista e Trabalho Digno, do Plano Plurianual 2020-2023, tem como resultado intermediário (0275) a simplificação e desburocratização do marco regulatório do trabalho. Ver: <<https://bit.ly/3vg90sy>>. Mapa estratégico do Ministério da Economia apresenta, como objetivo estratégico, melhorar o ambiente de negócios e modernizar a economia brasileira, em que um dos indicadores associados é o percentual de modernização da legislação trabalhista. Ver: <<https://bit.ly/3slibvq>>.

15. Ver: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/me-secretaria-de-trabalho>>.

- processos administrativos recursais;
- organização da inspeção do trabalho; e
- administração interna.

Os atos foram, em seguida, agrupados em novas minutas, de acordo com sua natureza, em propostas de decreto, portaria ou instrução normativa. Todas as minutas foram amplamente debatidas com as áreas técnicas da Secretaria de Trabalho para aprimoramento e atualização dos textos e, posteriormente, submetidas à análise jurídica da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Em seguida, foram encaminhadas para consulta pública nos sítios eletrônicos do Participe Mais Brasil.<sup>16</sup> Até fevereiro de 2021, a Secretaria de Trabalho realizou nove consultas públicas com propostas de portarias e decretos que abrangem matérias trabalhistas, as quais receberam mais de 4.700 contribuições.

#### **4.1 Decretos**

No âmbito dos atos normativos que regulamentam leis e que são matéria de competência do presidente da República, foram identificados e triados cerca de 216 decretos que tratavam de matéria trabalhista. Tais atos foram classificados nas áreas de legislação trabalhista, colegiados, convenções internacionais e profissões regulamentadas.

O Decreto nº 9.944, de 30 de julho de 2019 (Brasil, 2019a), foi o primeiro a ser editado como resultado desse processo. Nele constam reunidos os colegiados da Secretaria de Trabalho, especificamente o Conselho Nacional do Trabalho e a Comissão Tripartite Paritária Permanente, antes prevista por simples portaria. Portanto, foi conferido às duas representações maior força hierárquica por ocasião da institucionalização em um decreto presidencial, capaz de robustecer o diálogo social e o tripartismo no país.

Durante a triagem e o exame das normas, foram identificadas 106 portarias que instituíam e estabeleciam competências e regimentos internos ou designavam membros de colegiados do extinto Ministério do Trabalho – entre eles mais de sessenta grupos de trabalho, comitês, comissões e fóruns. Todas essas portarias foram revogadas ou encontram-se em processo de revogação, sem prejuízo de que os temas sejam discutidos nos fóruns constituídos nos novos instrumentos. Ademais, tal centralização preconiza maior racionalidade das discussões, tendo em vista que o art. 9 do referido decreto estabelece que os grupos de trabalho terão objetivos específicos, caráter temporário e duração não superior a um ano com “prazo para a conclusão dos seus trabalhos”.

---

16. Atualmente, as seguintes minutas estão em consulta pública: i) Decreto que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas e o Prêmio Nacional Trabalhista – Participe Mais Brasil, ver: <<https://bit.ly/3sEbQRD>>; ii) Portaria que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho, ver: <<https://bit.ly/3xfDw2N>>; iii) Portaria que disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho, ver: <<https://bit.ly/3aPN1fN>>; e iv) Portaria que disciplina a anotação do horário de trabalho de que trata o art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ver: <<https://bit.ly/3axSMYx>>.

Na sequência foi editado o Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolidou os decretos referentes às convenções da Organização Internacional de Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil, tornando o regramento mais objetivo e facilitando o acesso dos interessados. A medida reuniu, em uma só norma, as 77 convenções da OIT ratificadas pelo Brasil e em vigor, organizadas em anexos de acordo com a ordem cronológica em que foram internalizadas no país e reproduzidas integralmente, além da inclusão, na lista de revogação, dos decretos que tratam de convenções denunciadas ou ab-rogadas. Assim, tal consolidação incorpora oitenta normativos, os quais foram expressamente revogados pela norma consolidada, sem modificação do alcance nem interrupção da sua força normativa, conforme disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (Brasil, 1988).

Concomitantemente, foi iniciada em 2019 a construção do texto da minuta de decreto que revisa e consolida mais de cinquenta decretos existentes sobre profissões regulamentadas e seus respectivos conselhos profissionais, bem como outras profissões regulamentadas que não possuem conselho profissional, mas cujo registro é obrigatório por força de lei no Ministério da Economia ou em outros órgãos de governo. São as seguintes: artista e técnico de espetáculos; arquivista e técnico em arquivos; atuários, especialista e técnico em segurança do trabalho; guardador e lavador de carros; jornalista; publicitário e agenciador de propagandas; radialista; sociólogo; guia de turismo; e orientador educacional. Para tanto, ainda em 2019, foi feita uma ampla tomada de subsídios junto aos conselhos profissionais e reuniões técnicas internas na Secretaria de Trabalho. O texto foi aprimorado e debatido em 31 reuniões bilaterais com os conselhos e órgãos interessados, resultando em uma nova proposta. No caso das profissões que não possuem conselho profissional, foram consultados a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, o Instituto Brasileiro de Atuária, a Federação Nacional dos Jornalistas, a Associação Brasileira de Agências de Publicidade, a Superintendência de Seguros Privados, o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação.

A organização dos capítulos foi feita considerando-se grupos de afinidades. As profissões que possuem conselhos profissionais foram divididas com base na classificação por áreas de especialidade do conhecimento. O primeiro bloco de profissões é relacionado à área das ciências da saúde e biológicas, enquanto o segundo abrange as da área das ciências exatas e sociais. O terceiro bloco abrange as profissões que são obrigadas por lei a se registrarem no extinto Ministério do Trabalho, atual Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, e o quarto abrange as profissões que não possuem conselho profissional e não precisam se registrar no Ministério da Economia, mas sim em outros órgãos de governo.

Além da organização das profissões em quatro blocos, foi adotada a ordem alfabética para dispor as profissões dentro de cada um desses blocos, sendo que cada profissão regulamentada, e que consta em um decreto ora vigente, foi disposta em um capítulo, conforme a tabela 1.

**TABELA 1**  
**Organização das profissões regulamentadas**

Profissões regulamentadas			
Bloco 1 Ciências da saúde e biológicas	Bloco 2 Ciências exatas e sociais	Bloco 3 Profissões com registro no Ministério da Economia	Bloco 4 Profissões com registro em outros órgãos
Biologia	Administração	Artista e técnico em espetáculos	Corretor de seguros
Biomedicina	Biblioteconomia	Arquivista e técnico em arquivos	Guia de turismo
Enfermagem	Corretor de imóveis	Especialista e técnico em segurança do trabalho	Orientador educacional
Farmácia	Economia	Guardador e lavador de carros	
Fonoaudiólogo	Economista doméstico	Jornalista	
Medicina	Estatística	Publicitário e agenciador de propagandas	
Medicina veterinária	Geografia	Radialista	
Nutrição	Museologia	Sociólogo	
Odontologia	Químico		
Técnico em prótese dentária	Relações públicas		
Psicologia	Técnico industrial		
Técnico em radiologia	Técnico agrícola		

Fonte: Portal da legislação, disponível em: <<https://bit.ly/3y79U8m>>.

Elaboração dos autores.

Obs.: As profissões listadas na tabela referem-se às profissões que são regulamentadas por decreto, no Brasil.

A partir da edição do novo decreto, todos os decretos que tratam de profissões regulamentadas estarão atualizados e reunidos em uma só norma, facilitando a consulta aos interessados. A norma também estará atualizada conforme as legislações posteriores e os julgados de tribunais superiores. Adicionalmente, foi proposta uma padronização na estrutura dos capítulos e a modernização de alguns procedimentos, tais como a permissão para votação de forma eletrônica e remota no processo eleitoral dos conselhos profissionais que assim optaram e a instituição de processo completamente digital do registro profissional – no caso das profissões que se registram no Ministério da Economia. A proposta está em avaliação pela Presidência da República para submissão à consulta pública, nos termos do Decreto nº 9.191, de 2017 (Brasil, 2017a).

Também está em construção a minuta de decreto sobre legislação trabalhista. A primeira parte do trabalho consistiu na consolidação do texto de dezessete decretos existentes que tratam de matérias trabalhistas de forma dispersa, tais como repouso semanal remunerado, gratificação de natal, vale-transporte, normas regulamentadoras do trabalho rural, programa de alimentação do trabalhador, programa empresa cidadã, mediação coletiva de natureza trabalhista, e situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviço no exterior. Os textos foram agrupados e, após análise pela Secretaria de Trabalho, foram propostas pequenas alterações no sentido de simplificar procedimentos e atualizar o vernáculo. Em seguida, o texto compilado foi submetido a uma tomada de subsídios, no período de 30 de julho a 30 de agosto de 2019,

por meio da plataforma Participa Mais Brasil. A segunda parte do trabalho consistiu na análise e incorporação, de acordo com a conveniência e oportunidade, das sugestões e na proposição de regulamentações decorrentes de alterações legislativas supervenientes ou de necessidades impostas pelas mudanças nas relações de trabalho, principalmente ocasionadas pelos avanços da tecnologia. A proposta também será submetida à consulta pública, nos termos do Decreto nº 9.191, de 2017.

#### 4.2 Portarias

Foram identificadas cerca de 850 portarias referentes a temas trabalhistas, incluindo as que tratam das normas regulamentadoras do trabalho (NR), conforme previsto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Brasil, 1943). As normas regulamentadoras do trabalho estão em processo de revisão diferenciado, com amplo debate na Comissão Tripartite Paritária Permanente, seguindo cronograma específico.<sup>17</sup>

As portarias que não tratam de NR foram classificadas em coletâneas conforme os temas já mencionados e resultaram em propostas de atos normativos que consolidam, revisam e simplificam os atos vigentes de acordo com a temática: legislação trabalhista; segurança e saúde no trabalho; processo de multas e recursos administrativos; organização da inspeção do trabalho; e processos administrativos. Além dessas, foi proposta a consolidação das portarias interministeriais, de acordo com os órgãos cossignatários das propostas originais.

A proposta de portaria que versa sobre legislação trabalhista inclui dispositivos sobre inspeção do trabalho, políticas públicas e relações de trabalho, reunindo em uma só norma o conteúdo atualizado de cerca de 120 atos, com a revogação expressa de atos exauridos ou tacitamente revogados.

Já a proposta de portaria sobre segurança e saúde no trabalho abrangeu dispositivos referentes a procedimentos de avaliação de equipamentos de proteção individual, previstos na norma regulamentadora seis (NR-6): Programa de Alimentação do Trabalhador; exames toxicológicos e condições de segurança e conforto em locais de repouso de motoristas profissionais do transporte rodoviário de cargas e coletivo de passageiros; cadastramento de empresas e instituições que utilizam benzeno e indicador biológico de exposição ocupacional; embargos e interdições; regulamento técnico sobre o uso de equipamentos para proteção respiratória; e estrutura, classificação e regras de aplicação das NR de segurança e saúde no trabalho. A minuta reúne e atualiza o conteúdo de mais de quarenta normas.<sup>18</sup>

As portarias dos demais temas tratam de organização de processos internos da Secretaria de Trabalho e por esse motivo não serão submetidas a consulta pública.

17. A agenda regulatória das normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho pode ser encontrada em: <<https://sit.trabalho.gov.br/portal/index.php/ctpp/ctpp-agendas?view=default>>.

18. Ambas as portarias foram submetidas à consulta pública, por meio da plataforma <[www.gov.br/participamaisbrasil](http://www.gov.br/participamaisbrasil)>, de 18 de janeiro de 2021 a 18 de fevereiro de 2021.

Já as portarias interministeriais foram reunidas de acordo com os ministérios cossignatários e passarão por análises bilaterais para se confeccionar um texto final. São elas portarias com o Ministério da Saúde (programa de alimentação do trabalhador, exposição ao benzeno, exposição ao fumo, exposição ao gás de óxido de etileno); com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (remessa de débitos originários de autos de infração, remessa de débitos de contribuições sociais); com o Ministério da Defesa (fiscalização do trabalho portuário e aquaviário); com o extinto Ministério da Fazenda (simples doméstico); e com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a uma condição análoga à de escravo).

### **4.3 Instruções normativas**

Foram identificadas cerca cem instruções normativas, agrupadas nos temas: inspeção do trabalho; processos administrativos recursais e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ou seja, os dispositivos que orientam os agentes públicos, antes previstos em cem normas, serão reunidos em três atos, facilitando a consulta e a execução.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O legado do processo de consolidação normativa infralegal trabalhista é a transformação de 1.100 atos em menos de duas dezenas de normas, incluindo decretos, portarias e instruções normativas. Entende-se que se trata de um esforço com vistas a promover uma revolução, ainda que silenciosa, na garantia de se manter um arcabouço normativo íntegro, conciso e sem perder de vistas a participação social.

Visando institucionalizar e tornar permanente a revisão, simplificação e desburocratização dos atos foram propostas a criação e implementação do Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas. Pretende-se que os resultados do programa sejam avaliados e monitorados a cada biênio e que ajustes e avanços sejam promovidos quando necessário. Além disso, o programa prevê que os novos atos normativos a serem editados sejam incorporados exclusivamente aos atos já consolidados ou revistos, evitando a profusão de atos esparsos.

Além disso, ainda serão publicizadas todas as normas trabalhistas, inicialmente na página da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho,<sup>19</sup> e posteriormente em plataforma específica, em desenvolvimento pelo Ministério da Economia.

Trata-se do primeiro passo para que a legislação trabalhista brasileira passe por um processo mais qualitativo e profundo de adequação às novas relações de trabalho e às novas tecnologias disponíveis no mundo. Acredita-se que o trabalho de consolidação e simplificação de normativos desenvolvido trará benefícios à sociedade em geral e aos operadores de direito, por tornar mais acessível e claro o marco regulatório trabalhista e por promover uma maior segurança jurídica.

<sup>19</sup>. Disponível no portal gov.br.

## REFERÊNCIAS

BALDWIN, R.; CAVE, M.; LODGE, M. **The oxford handbook of regulation**. OUP Oxford, 2012.

BRASIL. Decreto nº 16.027, de 30 de abril de 1923. Cria o Conselho Nacional do Trabalho. **Diário Oficial da União**, 1923. Disponível em: <<https://bit.ly/2QHIOV1>>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932. Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: <<https://bit.ly/3sxDTIZ>>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1933. Disponível em: <<https://bit.ly/3eg9of1>>.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <<https://bit.ly/3eeO7T9>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998. Disponível em: <<https://bit.ly/3dyRQvH>>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016. Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/32GT5CR>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.191, de 1º novembro de 2017. Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/2QHQWEc>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.944, de 30 de julho de 2019. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho e institui a Comissão Tripartite Paritária Permanente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019a. Disponível em: <<https://bit.ly/3egbDyX>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.139, de 28 novembro de 2019. Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019b. Disponível em: <<https://bit.ly/3dz8o6O>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

DE NEGRI, F. *et al.* (Org.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: ABDI; Ipea, 2014.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Regulatory Policy Outlook 2018**. Paris: OECD Publishing, 2018.

SCHWAB, K. **The global competitiveness report 2019**. World Economic Forum, 2019.

UNITED KINGDOM. **The Green Book**: central government guidance on appraisal and evaluation. Londres: HM Treasury, 2018.

VELOSO, F.; MATOS, S. **O Brasil em comparações internacionais de produtividade**: uma análise setorial. p. 36, 2016.

WORLD BANK. **Doing Business 2018**: reforming to create jobs. Washington: World Bank, 2018.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Reginaldo da Silva Domingos

#### **Assistentes da Chefia**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Editoração**

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Livraria Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)



## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

